



Número: **0014626-89.2020.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção A da 22ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **16/03/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOYCE DE CASSIA BARBOSA DA SILVA (AUTOR)		GISELLE VALENCA DE MEDEIROS (ADVOGADO)	
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A (REU)			
PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO (PERITO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
64725627	15/07/2020 13:52	2727964_CONTESTACAO_01	Petição em PDF



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 22ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE

Processo: 00146268920208172001

AUSÊNCIA DE COBERTURA

SÚMULA 474 STJ: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOYCE DE CASSIA BARBOSA DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **19/11/2019**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data 03/01/2020.

Após análise detida dos documentos apresentados, verificou-se a ausência de cobertura, vez que a parte autora **não restou inválida**, pressuposto necessário para o pagamento da indenização pleiteada.

Portanto, em que pese o requerimento da indenização na via administrativa, houve a **NEGATIVA** da Seguradora responsável pela regulação, haja vista, a ausência de sequelas.

CABE ACRESCENTAR QUE A PARTE AUTORA JÁ RECEBEU DA RE O VALOR TOTAL DE R\$7.290,00, NOS QUAIS R\$1.350,00 FORAM PAGOS EM SEDE ADMINISTRATIVA E R\$5.940,00 EM SEDE JUDICIAL REFERENTE AO SINISTRO OCORRIDO EM 15/09/2013, OCASIÃO EM QUE ADQUIRIU LESOES NO CRANIO.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO

A parte Autora sustenta que encontra-se inválida permanentemente devido as supostas lesões sofridas decorrentes de acidente de trânsito.

Acontece Exa., que toda documentação médica apresentada aos autos não corrobora com o alegado, pelo contrário comprova cabalmente que NÃO HÁ INVALIDEZ e/ou DEBILIDADE PERMANENTE, OU SEJA, NÃO HÁ COBERTURA DO SEGURO DPVAT.

Assim, a parte Autora, deixou de comprovar de maneira precisa que é portador de invalidez permanente, não fazendo jus à indenização referente ao Seguro Obrigatório DPVAT, desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação e visto não haver meios comprobatórios do alegado, devendo a demanda ser julgada improcedente, em consonância com o disposto no artigo 487, inciso I do Código de Processo Civil.

DO MÉRITO

DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC¹.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO

DA INEXISTÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE

É incontroverso que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber o Seguro Obrigatório DPVAT no que se refere à cobertura de invalidez permanente, uma vez que o próprio laudo médico acostado nos autos pelo autor constata a ausência de lesões de caráter permanente.

¹“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)



Verifica-se, outrossim, que a parte autora ingressou com o requerimento administrativo, o qual foi negado pela Seguradora Reguladora, ante a ausência de lesões indenizáveis.

Frisa-se que nem todas as lesões ocasionadas por acidente automotor são passíveis de indenização, pois para caracterizar invalidez permanente passível de indenização imprescindível que haja perda definitiva ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão, ou seja, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável, ao fim do tratamento médico.

Deste modo, a Lei 6194/74 considera invalidez permanente quando a funcionalidade do órgão ou membro é afetada integralmente ou em parte. Por essa razão, lesões meramente estéticas, temporárias, ou que de qualquer forma não venham acarretar comprometimento de órgão ou função, não serão passíveis de indenização. E é exatamente o caso dos autos.

Em análise ao processo administrativo e aos documentos médicos juntados pela própria parte autora, conclui-se que o acidente ocasionou ao autor lesões que não acarretaram incapacidade funcional ou para realização de atividades ordinárias, portanto, não são passíveis de indenização.

Assim, verificada a inexistência de invalidez permanente, deverá o pedido autoral ser julgado IMPROCEDENTE, nos termos do art. 487, I, CPC.

DA AUSÊNCIA DE COBERTURA

O seguro obrigatório DPVAT é regido pela Lei n.º 6.194/74, tendo sido alterada pela Lei n.º 11.945/09, e discute matéria referente à modalidade de seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.

Assim, temos que o seguro DPVAT dá cobertura apenas às indenizações ocasionadas por morte, invalidez e reembolso de despesas de assistências médicas e suplementares, não tendo abrangência sobre qualquer outra indenização que não seja as especificadas na letra da lei.

Verifica-se, porém, que as provas produzidas nos autos, demonstram e comprovam o contrário do que alega o Autor, o **LAUDOS MÉDICOS** atestam que a lesão apresentada é apenas temporária/recuperável, o que, por certo, não pode ser considerada INVALIDEZ, não havendo previsão de cobertura pela Lei do DPVAT.

Vale ressaltar que o convenio/seguradoras é responsável apenas pelo pagamento das indenizações dispostas na Lei 11.945/09, não podendo ter interpretação extensiva a pretensões de cunho particular por parte do Autor, que não tenham qualquer ligação com a matéria em questão.

Conclui-se assim ser impossível juridicamente o pedido do Autor, e, por ser impossível juridicamente o pedido, requer que a presente demanda seja julgada **IMPROCEDENTE**.

DA APLICABILIDADE DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Com advento da Medida Provisória nº 451/08, convertida na Lei nº 11.945/2009, estabeleceu-se percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, de modo que se impõe a graduação da lesão para fins indenizatórios.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.



A referida inovação legal trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, para dirimir o percentual indenizável no caso concreto, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pela parte autora é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral².

No mesmo sentido, o Superior Tribunal de justiça editou a Súmula 474 pacificando o entendimento que no caso de invalidez a indenização do Seguro Obrigatório DPVAT deverá ser paga em conformidade com o grau da invalidez da vítima³.

Frisa-se que a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Assim, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral a parte Autora, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado.

DO LIMITE MÁXIMO INDENIZÁVEL ESTABELECIDO NO ART. 3º DA LEI 6.194/74 - R\$ 13.500,00

DAS INDENIZAÇÕES JÁ RECEBIDAS RELATIVAS AO SEGURO DPVAT

Insta esclarecer que o autor já recebeu da re o valor de R\$ 7.290,00 referente a acidente ocorrido em 15/09/2013, sendo R\$1.350,00 recebido em sede administrativa e o valor de R\$5.940,00 em sede judicial, conforme demonstrado em anexo.

A Lei 6194/74, dispõe sobre os limites máximos indenizáveis para a cobertura do Seguro DPVAT:

“art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

...

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

² RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUVE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

³ **Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”



[...]

Portanto, requer a juntada dos inclusos documentos que comprovam as indenizações recebidas; e caso se reconheça o direito do autor à eventual indenização, o valor da condenação não poderá ser superior à diferença do somatório das indenizações já recebidas até o valor correspondente ao teto legal.

DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação⁴.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação⁵.

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, reafirma o desinteresse na audiência de conciliação, conforme amplamente demonstrado no corpo da presente peça.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez permanente, conforme preconiza a Súmula 474 do STJ.

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

Requer, outrossim, a produção de todos os meios de prova em direito admitidas e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

⁴“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

⁵ **art. 1º. (...)**

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.



- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Requer a produção de prova pericial nos termos do convênio de cooperação institucional celebrado entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco e a Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT nº014/2017

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome da patrona **DRA. RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO, OAB-PE 25393**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

RECIFE, 15 de junho de 2020.

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
30225 - OAB/PE

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



QUESITOS DA RÉ

1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexos de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;

2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;

3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;

4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;

5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma seqüela oriunda de circunstância anterior;

6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de seqüelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;

7 - Considerando que a tabela inserida à Lei 11.945/09 em três casos faz distinção quando a vítima é acometida por lesão em ambos os membros, seria possível o Sr. Perito indicar adequadamente a média da lesão sofrida nos termos da tabela? Em caso positivo qual seria a gradação (10%, 25%, 50%, 75% ou 100%)?

- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior;

8 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.



TABELA DE GRADAÇÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço					



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**, inscrito na **30225 - OAB/PE** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **JOYCE DE CASSIA BARBOSA DA SILVA**, em curso perante a **22ª VARA CÍVEL** da comarca de **RECIFE**, nos autos do Processo nº 00146268920208172001.

Rio de Janeiro, 15 de junho de 2020.

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PE 4246

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br





15/07/2020

Número: **0014626-89.2020.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção A da 22ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **16/03/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOYCE DE CASSIA BARBOSA DA SILVA (AUTOR)		GISELLE VALENCA DE MEDEIROS (ADVOGADO)	
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A (REU)			
PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO (PERITO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
64725630	15/07/2020 13:52	ANEXO 1	Outros (Documento)



Consulta Processual Unificada

[1º Grau Judwin; 1º e 2º Grau PJe]

Dados para consulta

Consultar por: Dados do processo

☒ Único
 ☐ Antigo
 ☐ Execução
 ☐ CDA

Número: 0024510-07.2015.8.17.0001



Consultar

DETALHES DO PROCESSO - 1º GRAU (Físico)

0024510-07.2015.8.17.0001

Órgão Julgador: Seção Especializada de Mutirões de Conciliação da Capital

Classe CNJ: Homologação de Transação Extrajudicial

Assunto(s) CNJ: Dpvat;

Partes

Exibindo todas as partes

Autor: Joyce de Cassia Barbosa da Silva

Advogado: RITCHELLY PINTO DE LIMA VICENTE

Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT

Advogado: MIRELLA F. R. DOS SANTOS

Movimentações

Exibindo 5 últimas

[Listar todas as movimentações](#)

Registro e Publicação de Sentença - Publicado

([Clique para resumir](#)) PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO Seção Especializada em Mutirões de Conciliações da Capital Fórum Des. Rodolfo Aureliano - 1º Andar ala norte - Joanna Bezerra - Recife/PE - CEP: 50090-700 F: (81) 3181.0446 SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA Vistos, etc ... Trata-se de Reclamação Pré-Processual/Procedimento de Resolução Consensual, versando sobre a matéria Indenização DPVAT, manejado perante a Seção Especializada de Mutirões de Conciliação da Capital do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, autorizado conforme o Art. 1º da Instrução Normativa nº 8 do TJPE de 28/08/2013. É o breve relatório. DECIDO. Compulsando os autos, verifico que as partes firmaram ACORDO EXTRAJUDICIAL, conforme termo acostado aos autos, fls. retro. Isto posto, nada tendo a opor, HOMOLOGO, por sentença, a citada transação, para que o acordo de vontade formulado pelas partes, produzam os efeitos jurídicos e legais, extinguindo o processo com resolução de mérito, nos termos do Art. 487, III, "b" do CPC/2015. Transitada em julgado, arquivem-se com as cautelas de praxe. Recife/PE, 19 de agosto de 2016. Karina Albuquerque Aragão de Amorim Juíza de Direito - Coordenadora da Seção Especializada em Mutirões...

Trata-se de Reclamação Pré-Processual/Procedimento de Resolução Consensual, versando sobre a matéria Indenização DPVAT, manejado perante a Seção Especializada de Mutirões de Conciliação da Capital do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, autorizado conforme o Art. 1º da Instrução Normativa nº 8 do TJPE de 28/08/2013. É o breve relatório. DECIDO. Compulsando os autos, verifico que as partes firmaram ACORDO EXTRAJUDICIAL, conforme termo acostado aos autos, fls. retro. Isto posto, nada tendo a opor, HOMOLOGO, por sentença, a citada transação, para que o acordo de vontade formulado pelas partes, produzam os efeitos jurídicos e legais, extinguindo o processo com resolução de mérito, nos termos do Art. 487, III, "b" do CPC/2015. Transitada em julgado, arquivem-se com as cautelas de praxe. Recife/PE, 19 de agosto de 2016. Karina Albuquerque Aragão de Amorim Juíza de Direito - Coordenadora da Seção Especializada em Mutirões

19/08/2016 17:58

19/08/2016 17:55

Extinção do processo com resolução do mérito por homologação de transação

Tribunal de Justiça de Pernambuco - www.tjpe.jus.br

Consulta Processual Unificada - v. 4.2.1



Estado de Pernambuco, autorizado conforme o Art. 1º da Instrução Normativa nº 8 do TJPE de 28/08/2013. É o breve relatório. DECIDO. Compulsando os autos, verifico que as partes firmaram ACORDO EXTRAJUDICIAL, conforme termo acostado aos autos, fls. retro. Isto posto, nada tendo a opor, HOMOLOGO, por sentença, a citada transação, para que o acordo de vontade formulado pelas partes, produzam os efeitos jurídicos e legais, extinguindo o processo com resolução de mérito, nos termos do Art. 487, III, "b" do CPC/2015. Transitada em julgado, arquivem-se com as cautelas de praxe. Recife/PE, 19 de agosto de 2016. Karina Albuquerque Aragão de Amorim Juíza de Direito - Coordenadora da Seção Especializada em Mutirões

19/08/2016 14:21	Conclusos - Sentença
20/07/2016 12:25	Juntada de Petição de - Juntada nos Autos
15/07/2016 12:48	Remessa Interna Apresentação de Petição: 20161960186148 - Protocolo Geral do Fórum do Recife

Audiências

Clique [AQUI](#) para visualizar as audiências digitais gravadas para este processo.



BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA:	03/04/2014
------------------------	------------

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL:	1.350,00
--------------	----------

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: CARLA MARIA DA SILVA

BANCO: 104

AGÊNCIA: 00045

CONTA: 000000061385-9

Nr. da Autenticação 76C1429254858D8E



Impressão de Protocolo



Órgão Selecionado	Seção Judiciária do RJ
Tipo da Petição	Apresentação de Petição
Usuário	SIDNEI DE OLIVEIRA PAULO

Nome do Arquivo	Tamanho	Descrição
HONORARIOS JUSTICA FEDERAL.pdf	239KB	Anexo No. 1 da petição web.

Petição	SJ	Processo	Data de Entrada
2020.3000.064277-0	Não	0080970-56.2016.4.02.5101 (2016.51.01.080970-8)	07/06/2020 21:22:00





N° DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	N° DA CONTA JUDICIAL
0		12/09/2016	3234	400113743665
DATA DA GUIA	N° DA GUIA	N° DO PROCESSO	TRIBUNAL	TIPO DE JUSTIÇA
12/09/2016	2161053	00245100720158170001	TRIBUNAL DE JUSTICA	ESTADUAL
COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
RECIFE	CENT CONCI,MED E ARBIT	RÉU	5940,00	
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		Jurídico	09248608000104	
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
JOYCE DE CASSIA BARBOSA DA SILVA		Física	70268343470	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
1800828A985916F8				





Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 2016
Orientação JUR.ADM. 02/2016

Assunto: Encerramento de pastas sem contestação no sistema SISDPVAT-Jurídico

A presente orientação destina-se a informar aos escritórios o procedimento a ser adotado para encerramento das ações cadastradas no sistema SISDPVAT-Jurídico, as quais não tiveram apresentação de contestação em razão de ato das partes que tenha causado sua desnecessidade, como por exemplo, a realização de acordo antes da apresentação da defesa ou renúncia.

A cadeia de andamentos do sistema ainda exige a inclusão do arquivo contestação para possibilitar o adequado encerramento da pasta, não sendo o preenchimento do campo descrição suficiente para tanto.

Dessa forma, visando possibilitar o encerramento das pastas que não tenham sido contestadas por ato anterior que tenha causado a sua desnecessidade, o escritório deverá inserir a presente orientação no local do arquivo "contestação", mantendo a nomenclatura original, o que possibilitará a identificação das pastas encerradas nessa situação.

Esclarece-se que o modelo de cadeia de andamentos atualmente configurado no sistema será revisto, logo, caso o procedimento ora informado seja modificado, orientaremos.

Eventuais dúvidas deverão ser direcionadas à Coordenação de Controles Jurídicos, por meio do endereço eletrônico patrick.eller@seguradoralider.com.br.

Atenciosamente,

Nelson Oliveira
Gerência Jurídica administrativa





Número: **0014626-89.2020.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção A da 22ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **16/03/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOYCE DE CASSIA BARBOSA DA SILVA (AUTOR)		GISELLE VALENCA DE MEDEIROS (ADVOGADO)	
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A (REU)			
PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO (PERITO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
64726332	15/07/2020 13:52	ANEXO 2	Outros (Documento)

Laudo de Avaliação Médica para fins de Verificação e Quantificação de Lesões Permanentes em Vítimas do Seguro DPVAT

Documento confidencial, de circulação restrita, regida por sigilo

Sinistro: 2014156131 - 1
Nome do(a) Examinado(a): JOYCE DE CASSIA BARBOSA DA SILVA
Endereço do(a) Examinado(a): RUA CORBELIA nº 38 - TORROES - RECIFE/PE
Identificação - Órgão Emissor/UF/Número: RG 8724607 - SSP
Data local do exame: 01/04/2014 RECIFE/PE

Resultado da Avaliação Médica

I. Descreva as lesões produzidas pelo trauma, o resultado do exame físico voltado para as regiões lesionadas e o(s) diagnóstico(s)

TRAUMATISMO CRANIO FACIL E LUXAÇÃO DA PERNA ESQUERDA.

a) O quadro clínico documentado neste exame decorre de lesão que tenha sido provocada em acidente automobilístico registrado na forma de sinistro que indicou esta avaliação?

☒ SIM ☐ NÃO

b) A(s) queixa(s) do(a) Examinado(a) está(ão) relacionada(s) com as lesões decorrentes deste acidente, inclusive com os registros em boletim de atendimento médico?

☒ SIM ☐ NÃO

II. Descreva a evolução atual do quadro clínico, os tratamentos realizados, a data da alta e os resultados, incluindo complicação.

TRATAMENTO CONSERVADOR. ESTA DE ALTA MEDICA.

III. Existe sequela (lesão deficitária irreversível não mais susceptível à qualquer medida terapêutica)?

☒ SIM ☐ NÃO

Existindo sequela(s) que seja(m) geradora(s) de invalidez total ou parcial informe qual(is) e descreva as perdas anatômicas e/ou funcionais que sejam definitivas e que justifiquem os danos corporais permanentes.

FACIES ASSIMÉTRICAS, COM QUEIXAS DE CEFALÉIA, TONTURAS E ESQUECIMENTO. MEMBRO INFERIOR ESQUERDO SEM SEQUELAS INCAPACITANTES.

IV. Segundo o previsto no inciso II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74, modificado pelo art. 31º da Lei 11.945/2009 determine o dano corporal permanente e o quantifique correlacionando a melhor graduação e, em caso de danos parciais, o percentual que represente os prejuízos definitivos em cada segmento corporal acometido.

a) Havendo alguma das condições abaixo, assinalar sempre justificando o enquadramento no campo das observações(*)

☐ Vítima em tratamento

☐ Sem sequela permanente

Esta avaliação médica deve ser repetida em dias

Não existem lesões diretamente decorrentes de acidente de trânsito que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica

☐ Exame não permite conclusão

Vide motivo do impedimento no campo das observações

b) Havendo dano corporal segmentar parcial, completo ou incompleto, apresente abaixo as graduações que sejam relativas às regiões corporais acometidas.

Região Corporal(Sequela)

Região Corporal(Sequela)

CRANIO FACIAL.

☒ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

Região Corporal(Sequela)

Região Corporal(Sequela)

MEMBRO INFERIOR ESQUERDO.

☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

c) Havendo dano corporal total com repercussão na íntegra do patrimônio físico - assinale a opção abaixo sempre apresentando a justificativa médica para este enquadramento no campo das observações(*)

☐ Total = "100% da IS"

V. Observações e informações adicionais de interesse voltado ao exame médico e/ou à valorização do dano corporal.

Local e data de realização do exame médico legal:

PE - RECIFE, 01/04/2014

Médico Examinador/Revisor: FLAVIO EDUARDO HADDAD CRM: 52575957


Dr. Flávio Eduardo Haddad
Médico
CRM 10570

Assinatura do perito Examinador/Revisor - CRM



BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA: 03/04/2014

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 1.350,00

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: CARLA MARIA DA SILVA

BANCO: 104

AGÊNCIA: 00045

CONTA: 000000061385-9

Nr. da Autenticação 76C1429254858D8E





GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
POLICIA CIVIL DE PERNAMBUCO
DELEGACIA DE POLICIA DA 014A. CIRCUNSCRICAO - VARZEA

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº. 14E0104001074

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia 06/02/2014 às 09:30

OUTRAS OCORRENCIAS DE TRANSITO - Culposos (Consumados) que aconteceu no dia 15/9/2013 no período da Madrugada

Fato ocorrido no endereço: **BAIRRO DE CIDADE UNIVERSITARIA (BAIRRO), 01, EM FRENTE AO TERMINAL DE ONIBUS DO ENGENHO DO MEIO - Bairro: CIDADE UNIVERSITARIA - Município: RECIFE - Estado: PERNAMBUCO - País: BRASIL**
Local do Fato: **RODOVIA / BR 101 - Próximo: NAO INFORMADO**

Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:
EMPRESA BORBOREMA (AUTOR / AGENTE)
CARLA MARIA OLIVEIRA DA SILVA (NOTICIANTE)
JOYCE DE CASSIA BARBOSA DA SILVA (VITIMA)

Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:
VEICULO: (Usado na geração da ocorrência), que estava em posse do(a) Sr(a): EMPRESA BORBOREMA

Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)

(VITIMA) - JOYCE DE CASSIA BARBOSA DA SILVA (presente ao plantão) - Sexo: Feminino
Mãe: CARLA MARIA DA SILVA; Pai: JOAO SEVERINO BARBOSA DA SILVA Data de Nascimento: 20/3/1996; Naturalidade: RECIFE / PERNAMBUCO / BRASIL
Documentos: 8724607/SDS/PE (RG) Estado Civil: NAO INFORMADO; Escolaridade: NAO INFORMADO; Profissão: NAO INFORMADO;
Telefone de Contato: NAO INFORMADO; Telefone Celular: NAO INFORMADO
Endereço Residencial: RUA CORBELIA, 38, 55000-000, TORROES, RECIFE, PERNAMBUCO, BRASIL
Endereço Comercial: NAO INFORMADO
Dados Comercial: NAO INFORMADO

(NOTICIANTE) - CARLA MARIA OLIVEIRA DA SILVA (presente ao plantão) - Sexo: Feminino
Mãe: ZIDETE MARIA DA SILVA; Pai: CARLOS ANTONIO PIRES DA SILVA Data de Nascimento: 3/8/1977; Naturalidade: RECIFE / PERNAMBUCO / BRASIL
Documentos: 4778930/SSP/PE (RG) Estado Civil: NAO INFORMADO; Escolaridade: NAO INFORMADO; Profissão: NAO INFORMADO;
Telefone de Contato: NAO INFORMADO; Telefone Celular: 87783139
Endereço Residencial: RUA CORBELIA, 38, 55000-000, TORROES, RECIFE, PERNAMBUCO, BRASIL
Endereço Comercial: NAO INFORMADO
Dados Comercial: NAO INFORMADO

EMPRESA BORBOREMA - Ramo de Atividade: NAO INFORMADO

Nome do Representante: - Cargo do Representante: - Pessoa de Contato no estabelecimento comercial: - Telefone de Contato: -
Endereço Comercial: NAO INFORMADO
Detalhes/Observações: A NOTICIANTE NAO TEM NENHUM DADO DA EMPRESA BORBOREMA



<http://www8.sds.pe.gov.br:8080/pernambuco/VisualizaBO.do?idUn=104&idOc=4330211&ti...> 6/2/201



Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)

ONIBUS (VEICULO) de propriedade do(a) Sr(a): EMPRESA BORBOREMA, que estava em posse do(a) Sr(a): EMPRESA BORBOREMA

Categoria/Marca/Modelo: ONIBUS / NÃO INFORMADO / NÃO INFORMADO - Objeto apreendido: Não - Número da Série: NÃO INFORMADO

Cor: NAO INFORMADO - Quantidade: 1 (UNIDADE NÃO INFORMADA) Valor Unitário: (MOEDA NÃO INFORMADA)

Placa: NÃO INFORMADO (RONDONIA / NÃO INFORMADO)

Descrição: A NOTICIANTE NAO TEM NENHUMA INFORMACAO SOBRE O ONIBUS.

Complemento / Observação

A NOTICIANTE INFORMOU QUE SUA FILHA VIAJAVIA NO ONIBUS DA BORBOREMA SENTIDO CEASA/CAXANGA, QUANDO MESMA PEDIU PARADA NA BR 101 EM FRENTE AO TERMINAL DE ONIBUS DE ENGENHO DO MEIO, QUANDO DESCIA O MOTORISTA ARRASTOU O ONIBUS FAZENDO COM QUE ELA CAÍSE, SENDO SOCORRIDA PELA SUA VO PARA UPA DE TORROES ONDE FOI ATENDIDA, PELO MOTIVO COMPARECEU A ESTA DP. PARA FAZER O REGISTRO, CASO AFETO DELEGACIA DELITO DE TRANSITO.

Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial

JOYCE DE CASSIA BARBOSA DA SILVA

JOYCE DE CASSIA BARBOSA DA
SILVA
(VITIMA)

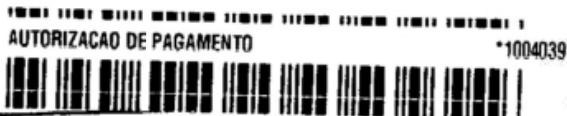
Carla Maria Oliveira da Silva
CARLA MARIA OLIVEIRA DA SILVA
(NOTICIANTE)

B.O. registrado pelo policial: ALEXANDRE VITAL CORREIA - MAT. 127763-7



<http://www3.sds.pc.gov.br:8080/pernambuco/VisualizaBO.do?idUn=104&idOc=4330211&ti...> 6/2/2014





Seguradora Líder - DPVAT

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT

Nº DO SINISTRO

CAMPO PREENCHIDO PELA SEGURADORA

Este formulário deve ser preenchido exclusivamente com dados do beneficiário da indenização do Seguro DPVAT, nunca com dados de terceiros, ainda que esses sejam procuradores. Recomenda-se o preenchimento em letra de forma e sem rasuras, para evitar atraso no recebimento da indenização no banco.

EU, Carla Maria Oliveira da Silva,
PORTADOR(A) DO RG Nº 4.778.590 EXPEDIDO POR SDSI/PC EM 06/08/11 E
CPF 906543234-53 / CNPJ 00000000-0000-00, PROFISSÃO Autônoma
E RENDA MENSAL DE R\$ Reclusão NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO(A) DO VALOR REFERENTE À INDENIZAÇÃO / REEMBOLSO DO
SEGURO DPVAT DA VÍTIMA Joyce de Cassia Barbosa da Silva, AUTORIZO A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO
DPVAT A EFETUAR O CRÉDITO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ABAIXO PRESTADAS.

(*) A Circular Susesp nº 445/2012, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento da indenização. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal.

Para evitar a reprogramação de um pagamento, lembre-se:

1) Os seguintes documentos não devem, de forma nenhuma, ser apresentados:

- Conta salário e/ou benefício;
- Conta pessoa jurídica;
- Conta conjunta quando o beneficiário/vítima não for o titular;
- Conta tipo FÁCIL: atenção para o limite de movimentação financeira mensal;
- Conta tipo FÁCIL operação 023 da CEF (Conta Econômica Federal);
- Conta-POUPANÇA operação 013 da CEF aberta em Unidades Locais com limite de movimentação financeira mensal de até R\$2000,00;
- Conta bloqueada, inativa ou em proposta (não será aceita proposta de abertura de conta como documento comprobatório dos dados bancários);

2) O CPF do beneficiário/vítima não pode estar inválido, pendente de regularização ou cancelado (recomendamos a consulta ao site da RECEITA FEDERAL - www.receita.fazenda.gov.br);

3) O CPF da conta informada para depósito não pode ser diferente do CPF cadastrado no SISDPVAT Sinistro.

- ☐ CRÉDITO EM CONTA-CORRENTE (ACEITAS CONTAS DE TODOS OS BANCOS)
BANCO _____ AGÊNCIA _____ (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AGÊNCIA, SE EXISTIR) • CONTA-CORRENTE _____
- ☐ CRÉDITO EM CONTA-POUPANÇA DO BANCO BRADESCO
BANCO 237 • AGÊNCIA _____ (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AGÊNCIA, SE EXISTIR) • CONTA-POUPANÇA _____
- ☐ CRÉDITO EM CONTA-POUPANÇA DO BANCO DO BRASIL
BANCO 001 • AGÊNCIA _____ (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AGÊNCIA, SE EXISTIR) • CONTA-POUPANÇA _____
- ☐ CRÉDITO EM CONTA-POUPANÇA DO BANCO ITAÍ
BANCO 341 • AGÊNCIA _____ (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AGÊNCIA, SE EXISTIR) • CONTA-POUPANÇA _____
- ☒ CRÉDITO EM CONTA-POUPANÇA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
BANCO 104 • AGÊNCIA 0045 (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AGÊNCIA, SE EXISTIR) • CONTA-POUPANÇA 00061385-9

DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE. UMA VEZ EFETUADO O PAGAMENTO/CRÉDITO DA INDENIZAÇÃO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ACIMA DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU COMO QUITADO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

LOCAL

Recife

DATA 03/02/14

26 FEV. 2014

ASSINATURA DO(A) BENEFICIÁRIO(A)

Carla Maria Oliveira da Silva

SINISTRO DPVAT

ATENÇÃO

- O Seguro DPVAT garante indenização de R\$13.500,00 em caso de morte (valor que será pago ao(s) legítimo(s) beneficiário(s), obedecendo à legislação vigente na data do acidente), indenização de até R\$13.500,00 em caso de invalidez permanente (valor que varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na Lei 11.945/2009) e reembolso de até R\$ 2.700,00 em caso de despesas médico-hospitalares.
- Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatsegurodotransito.com.br ou ligue para o SAC DPVAT 0800-0221204.

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

SAC 0800 726 0101
OUVIDORIA 0800 725 7474
OUVIDORIA 0800 725 7474

031-603891343-6

31/JAN/2014

HORA DE 13:46:25

LOT: 15.07377-1
LOCALIDADE: RECIFE
AG. VINCULADA: 0045

TERM: 018077

CONTROLE: 005440485

DEPÓSITO EM DINHEIRO

0045 013 00061385-9

CARLA MARIA OLIVEIRA DA SILVA

VALOR

ESTE RECIBO É VÁLIDO COMO
COMPROVANTE DE DEPÓSITO

031-603891343-6

VIA DO CLIENTE

MBM
SEGURADORA

26 FEV. 2014

SINISTRO DPVAT





Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 702.683.434-70

Nome da Pessoa Física: JOYCE DE CASSIA BARBOSA DA SILVA

Situação Cadastral: REGULAR

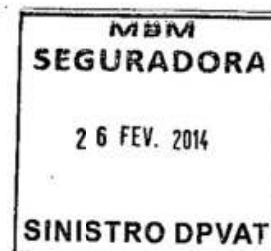
Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: **17:12:41** do dia **03/02/2014** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **F165.931E.F499.3257**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.



RECIBO DE VALIA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL Nº 001/2012

8.724.607

12/06/2012

JOYCE DE CÁSSIA BARBOSA DA SILVA >>

JOÃO SEVERIANO BARBOSA DA SILVA >>

CARLA MARIA DA SILVA >>

RECIFE - PE

20/03/1996

013295411 RECIFE PE >>

702.683.434-70

LEI Nº 718 DE 2003

F-50 53.336 - 4123

RECIBO DE VALIA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL Nº 001/2012

8.724.607

12/06/2012

JOYCE DE CÁSSIA BARBOSA DA SILVA >>

JOÃO SEVERIANO BARBOSA DA SILVA >>

CARLA MARIA DA SILVA >>

RECIFE - PE

20/03/1996

013295411 RECIFE PE >>

702.683.434-70

LEI Nº 718 DE 2003

F-50 53.336 - 4123

MBM
SEGURADORA

26 FEV. 2014

SINISTRO DPVAT





Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 906.543.234-53

Nome da Pessoa Física: CARLA MARIA DA SILVA

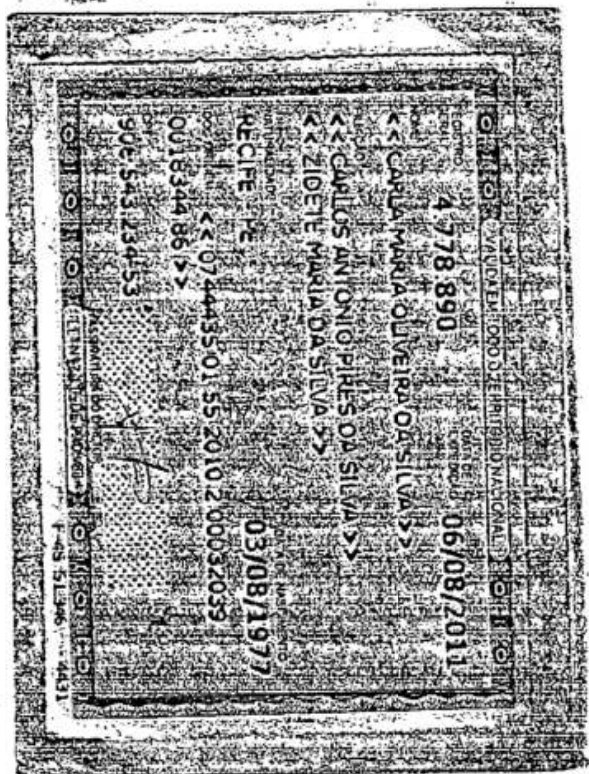
Situação Cadastral: REGULAR

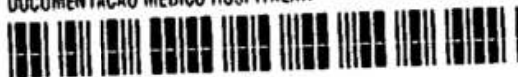
Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: **17:12:05** do dia **03/02/2014** (hora e data de Brasília).
Código de controle do comprovante: **6874.77DF.D77A4D2D**
A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.







Fisiomed
 Dra. Luciene Coelho
 Fisioterapia Respiratória e Motora

Atesto que atendi a Sr. Joyce
 de Costa Barbosa da Silva,
 a qual foi vítima de
 acidente de trânsito no dia
 13/09/13 e que resultou em
 Politrauma e contusões cerebrais,
 fraturas de ossos com fraturas
 e medulales, por ferir
 repetida constante, diáfragma
 P) enfraquecimento de acúmulos
 visual), que na penúltima E e
 a presente edema em Hemipar
 E.

Luciene P. Coelho
 Fisioterapeuta
 CREFT/0.4933-F

06/02/14

Av. Ministro Marcos Freire, 1516 SL, 305 Ed. Clinical Center Bairro Novo Olinda
 Telefone: 81.9917.3262 / 8845.4472 fisiomedclinical@gmail.com

SEGURADORA

28 FEV. 2014

SINISTRO DPVAT





UPA24h
UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO



Nome: JOYCE DE CASSIA BARBOSA DA SILVA
Dt. Nasc.: 20/03/96 - 17 ano (s)
Mãe: CARLA MARIA DA SILVA
Endereço: R CORBÉLIA, nº 38, TORRÕES. RECIFE - PE
Data/hora: 16/09/2013 - 20:19

Nº registro: 313512
Sexo: Feminino
Fone: 8186049742
Nº pág.: 2/2

EXAME FÍSICO:

Peso: 110 x 80 mmHg **Altura:** **IMC:** () **Temperatura:** °
PA: 110 x 80 mmHg **HGT:** mg/dL
EGR, EUP, COR, HID, AFEBRIL, CONSCIENTE E ORIENTADA
GLASGOW 15
RCR 2T BNF S/S; MV+ AHT S/RA
ABDOMEN SEM ALTERAÇÕES.
PRESENÇA DE EQUIMOSE BÍPALPEBRAL EM OLHO ESQUERDO E ESCORIAÇÕES NA FACE.
DIFICULDADE PARA DEMBULAR.

HIPÓTESE DIAGNÓSTICA:

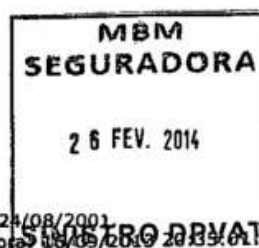
S00 - TRAUMATISMO SUPERFICIAL DA CABEÇA| CONTUSÃO CEREBRAL (DIFUSA) (S06.2)
S80 - TRAUMATISMO SUPERFICIAL DA PERNA| TRAUMATISMO SUPERFICIAL DO TORNOZELO E DO PÉ (S90.-)

Resultados de Exames:

Evolução do paciente:

ENCAMINHO PARA AVALIAÇÃO DA ORTOPEDIA.

Dr. ROBERTA DE CASTRO CHAVES CABRAL
CRM: 16162



Este documento foi assinado digitalmente, conforme Medida Provisória Nº 2.200-2 de 24/08/2001.
Nome do profissional: ROBERTA DE CASTRO CHAVES CABRAL. CRM: 16162. Data e Hora: 16/09/2013 20:19:01

Avenida Engenheiro Abdias de Carvalho, nº 1455, Torrões CEP: 50720-635 - Recife/PE
Contato: (81) 3184-4440



Nome: JOYCE DE CASSIA BARBOSA DA SILVA
Dt. Nasc.: 20/03/96 - 17 ano (s)
Mãe: CARLA MARIA DA SILVA
Endereço: R CORBÉLIA, nº 38, TORRÕES. RECIFE - PE
Data/hora: 16/09/2013 - 20:19

Nº registro: 313512
Sexo: Feminino
Fone: 8186049742

Nº pág.: 1/2

FICHA DE ATENDIMENTO
CR: CLÍNICA MÉDICA - AMARELO

ANAMNESE / QUEIXA PRINCIPAL:

- AVALIAÇÃO MÉDICA:
PACIENTE REFERE QUE HÁ CERCA DE 21h SOFREU QUEDA ENQUANTO DESCIA DE ÔNIBUS COM TRAUMA SOBRE A FACE E MIE, PORÉM NÃO PROCUROU ASSISTÊNCIA MÉDICA DE IMEDIATO, SÓ VINDO PARA ATENDIMENTO MÉDICO NESTE MOMENTO.
EVOLUI COM DOR INTENSA EM HEMIFACE ESQUERDA E MIE COM DIFICULDADE PARA DEAMBULAR.
NEGA VÔMITOS E REFERE QUE NÃO APRESENTOU NENHUMA ALTERAÇÃO DE CONSCIÊNCIA DURANTE O DIA DE HOJE.
NEGA ALERGIAS, HAS OU DM.

QUEIXA
- DOR E EDEMA EM FACE + MIE APÓS QUEDA DE ONIBUS ONTEM. REFERE DOR DE CABEÇA. NEGA ALERGIA MEDICAMENTOSA

ORIGEM
-

TIPO DE CHEGADA
-

OBSERVAÇÕES
-

CLÍNICO E ORTOPEDISTA
-

FLUXOGRAMA
- Quedas

DISCRIMINADOR
- Dor moderada *

COLETA AUTORIZADA?
- NAO

AVALIAÇÃO E MEDIDAS CLÍNICAS
- DOR 5
PULSO 76 REGULAR
GLASGOW 15
TEMPERATURA 36,5
DOR 5

ENCAMINHAMENTOS
- Clínica Médica

TRANSPORTADO POR
-

JUSTIFICATIVA
-



Este documento foi assinado digitalmente, conforme Medida Provisória Nº 2.200-2 de 24/08/2001.
Nome do profissional: ROBERTA DE CASTRO CHAVES CABRAL. CRM: 16162. Data e Hora: 16/09/2013 20:35:01.

Avenida Engenheiro Abdias de Carvalhos, nº 1455, Torrões CEP: 50720-635 - Recife/PE
Contato: (81) 3184-4440



COMPROVANTE DE RESIDENCIA

1004040



DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, José de Lima Barbosa da SilvaRG nº 8.724.607, data de expedição 12/06/12, Órgão SDS PE

CPF nº 702.683.434-70, venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	<u>R. Condição</u>
Número	<u>38</u>
Apto / Complemento	<u>Casa A</u>
Bairro	<u>TONOIS</u>
Cidade	<u>Recife</u>
Estado	<u>PE</u>
CEP	<u>50640-710</u>
Telefone de Contato	<u>(81) 8776-3139 / (81) 8604-9743</u>
E-mail	

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: Recife, 03 de Fevereiro de 2014

Assinatura do Declarante:

José de Lima Barbosa da Silva

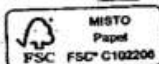


ZIDETE MARIA DA SILVA

RUA CORBELIA 38 A

TORROES/RECIFE
50640-710 RECIFE PE

Conta Contrato: 1364317014
Medidor: M58624
Un. Leitura: 12061112
Sequência: 00297
Poste: B052535



www.celpe.com.br



DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML

Eu, Loyce de Cassia Barbosa da Silva portador da carteira de
Identidade nº 8.724.607 e inscrito no CPF/MF sob o nº 702.683.434-70
residente e domiciliado na Rua: Corbélia N° 38 A Tamoiá
Cidade Recife Estado PE declaro, sob as penas da lei, que
estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal - IML para os fins de requerimento de
indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

- () Não há estabelecimento do IML no município da minha residência; ou
() O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido não realiza perícias para fins de
prova do Seguro DPVAT; ou
(X) O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido realiza perícias com prazo
superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido;

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de
invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração
permita o prosseguimento a análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico
Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a
correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº
6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia
concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de impugná-la, caso discorde do seu
conteúdo.

CERTIDÃO DE INEXISTÊNCIA DE IML

1004029



2 Cassia Barbosa da Silva

Assinatura do declarante
conforme documento de identificação

Recife 03 de Fevereiro de 2014

Local e data



PARECER DE PERÍCIA MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 2014156131	Cidade: Recife	Natureza: Invalidez
Vítima: JOYCE DE CASSIA BARBOSA DA SILVA	Data do acidente: 15/09/2013	Emissor do parecer: GABRIEL JOÃO LOURENÇA DA SILVA
Seguradora: MBM SEGURADORA S/A	Prestadora: CNIS - Cadastro Nacional Informações e Serviços	CRM do médico: 52575957

PARECER

Diagnóstico: TRAUMATISMO CRÂNIO FACIAL E LUXAÇÃO DA PERNA ESQUERDA.
Descrição do exame médico pericial: FACES ASSIMÉTRICAS, COM QUEIXAS DE CEFALÉIA, TONTURAS E ESQUECIMENTO. MEMBRO INFERIOR ESQUERDO SEM SEQUELAS INCAPACITANTES.
Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CONSERVADOR. ESTA DE ALTA MEDICA.
Sequelae permanentes: APRESENTA SEQUELAS DE LESÕES CRÂNIO-FACIAIS. NÃO APRESENTA LIMITAÇÃO DOS MOVIMENTOS DO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO.
Sequelae : Com sequela
Data da perícia: 01/04/2014
Conduta mantida:
Observações: MEMBRO INFERIOR ESQUERDO SEM SEQUELAS.
Valor pleiteado: 13.500,00
Médico avaliador: FLAVIO EDUARDO HADDAD
UF do CRM do médico: RJ

DANOS

Dano	%	Dimensão	Gradação
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	100	1	10
Perda funcional completa de um dos membros inferiores	70	1	0

Valor avaliado: 1.350,00



PARECER DE ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL



DADOS DO SINISTRO

Número: 2014156131	Cidade: Recife	Natureza: Invalidez
Vítima: JOYCE DE CASSIA BARBOSA DA SILVA	Data do acidente: 15/09/2013	Emissor do parecer: Natalia Mendonça de Araujo Gonçalves
Seguradora: MBM SEGURADORA S/A	Prestadora: Visão Médica Ltda	CRM do médico: 377300

PARECER

Data da análise: 18/03/2014
Valoração do IML: 0,00
Perícia médica: Sim
Diagnóstico: TRAUMA CRANIANO, FACIAL E PERNA ESQUERDA
Resultados terapêuticos: A ESCLARECER
Sequelas permanentes:
Sequelas:
Conduta mantida:
Quantificação das sequelas:
Documentos complementares:
Observações:
Valor pleiteado: 13.500,00
Médico avaliador: JORGE CAMPOS
UF do CRM do médico: RJ

DANOS

Dano	%	Dimensão	Graduação
Danos não definidos.			

Valor avaliado: 0,00



BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA: 03/04/2014

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 1.350,00

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: CARLA MARIA DA SILVA

BANCO: 104

AGÊNCIA: 00045

CONTA: 000000061385-9

Nr. da Autenticação 76C1429254858D8E

